

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.412.288 - MS (2018/0326082-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ANTONIO FAULCO DOS SANTOS
AGRAVANTE : WUDILAINY RODRIGUES OLIVEIRA FAULCO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGRAVADO : SHIRLEY APARECIDA DA SILVA
ADVOGADO : LILIAN HUPPES E OUTRO(S) - MS013306B

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 348, e-STJ):

EMENTA- APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO DEMONSTRADA - DANOS MATERIAIS COMPROVADOS - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - *QUANTUM* INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS MANTIDOS EM R\$ 20.000,00 – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO.

Se as provas trazidas aos autos e a dinâmica vislumbrada do acidente apontam os apelantes como responsáveis pelo sinistro, não há se falar em culpa exclusiva da autora/vítima.

Desde que comprovados os danos materiais sofridos pela vítima, impõe-se o dever de reparar.

Em se tratando de acidente de trânsito, em que há lesão física, é inegável a caracterização da ofensa moral, sendo que o dano moral é *in re ipsa*.

Ao estabelecer o montante da indenização pelo dano moral, impõe-se que o magistrado se atente às condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico lesado, assim como à intensidade e duração do sofrimento, e à reprovação da conduta do agressor, não se olvidando, contudo, que o ressarcimento da lesão ao patrimônio moral do indivíduo deve ser suficiente para recompor os prejuízos suportados, sem importar em enriquecimento sem causa da vítima. *Quantum* indenizatório condizente com os danos experimentados.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 387/393, e-STJ).

Nas razões do recurso especial, os agravantes alegam violação aos arts.

373, I, 489, § 1º, IV, 1.022, parágrafo único, II, do Código de Processo Civil; 69 do Código de Trânsito Brasileiro; 186, 927 e 944 do Código Civil.

Sustentam, de início, que o acórdão recorrido é omissivo, por não ter enfrentado todos os argumentos apresentados nas razões da apelação.

Argumentam que a recorrida iniciou a travessia da via após o sinal ter ficado verde para os motoristas, o que sinaliza a sua culpa no acidente.

Afirmam, ainda, que a recorrida não comprovou os fatos constitutivos do seu direito.

Requerem, por fim, a redução do valor da indenização pelos danos morais.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 413/423, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 425/429, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

No tocante às alegações de ofensa aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, parágrafo único, II, do Código de Processo Civil, verifico que essas não merecem prosperar. Isso porque, consoante entendimento consolidado desta Corte, o recorrente não possui o direito de ter todos os argumentos alegados rebatidos, cabendo ao tribunal analisar e debater as questões principais para o deslinde da controvérsia.

Ademais, verifico que o Tribunal de origem analisou expressamente as questões levantada pelos recorrentes, de modo que não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado por eles.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos do acórdão cuja ementa transcrevo abaixo:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL -
AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE
NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA

RECURSAL DOS DEMANDADOS.

1. Violação ao artigo 1022 do CPC/15 não configurada. Acórdão estadual que enfrentou todos os aspectos essenciais à resolução da controvérsia de forma ampla e fundamentada, sem omissão. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, tampouco indicar todos os dispositivos legais por elas suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. Precedentes.

2. Para o acolhimento do apelo extremo, no sentido de aferir acerca da presença dos elementos ensejadores da responsabilidade civil do condutor do veículo na hipótese, seria imprescindível derruir a conclusão contida no decisum atacado, o que, forçosamente, enseja em rediscussão da matéria fático-probatória, atraindo o óbice da Súmula 7/STJ.

Precedentes.

3. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o motorista e o proprietário do veículo automotor respondem, de forma solidária, pelos danos causados em acidente de trânsito.

Incidência da Súmula 83/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1077547/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 17/9/2018)

Argumentam os recorrentes que a recorrida não comprovou os fatos constitutivos de seu direito e que o acidente se deu por culpa da vítima.

Sem razão, contudo.

Com efeito, o Tribunal de origem, à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, concluiu que a recorrida, de fato, comprovou os fatos constitutivos do seu direito.

Salientou-se que o acidente se deu por culpa por condutor do veículo, uma vez que este realizou a conversão na via sem observar que a recorrida transitava pela faixa de pedestres.

Cito, nesse sentido, trecho do acórdão recorrido (fls. 353/355, e-STJ):

I- DA DINÂMICA DO ACIDENTE

Por primeiro, alegam os apelantes (Antonio Faulco dos Santos e Wudilainy Rodrigues Oliveira Faulco) culpa exclusiva da vítima

Shirley Aparecida da Silva no acidente.

Pois bem. A hipótese vertente deve ser analisada sob a ótica da responsabilidade civil subjetiva, razão pela qual o direito à reparação do dano depende da concorrência de três requisitos, quais sejam: fato lesivo voluntário, causado pelo agente por ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência; ocorrência de um dano patrimonial ou moral; nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente.

De uma análise detida de tudo quanto foi decidido, bem como de todas as provas constantes dos autos, verifico que a sentença combatida não merece reparos no tocante ao ponto ora analisado.

A uma, porque os apelantes não comprovaram fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora em nenhuma das hipóteses levantadas, e não desincumbiram-se do ônus que lhe competiam consoante dispõe o artigo 373, inciso II, do CPC/15.

À duas, porque esse entendimento foi muito bem fundamentado pelo magistrado singular, com o qual coaduno, conforme se constata do trecho da sentença abaixo transcrito às fls. 291/293. Vejamos:

“(…)

Em se tratando de ação de reparação de danos causados por acidente de trânsito, incumbe à Requerente, a teor do que dispõe o artigo 373 do Código de Processo Civil, demonstrar os fatos constitutivos do seu direito. Desse modo, para que se confirme o dever de indenizar, cabe a ela comprovar a conduta culposa dos supostos ofensores, os resultados danosos provenientes do fato, bem como a existência do nexo de causalidade entre a ação imputada e os resultados afirmados como dela decorrentes.

Estabelecida a relação processual, então, aos Requeridos competem, por força do mencionado dispositivo, a fim de ilidir ou de mitigar a responsabilidade que lhe é oposta, comprovar a existência de fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito da Requerente (tal como a culpa exclusiva da vítima, o caso fortuito ou o fato de terceiro).

(…)

No caso dos autos, logrou êxito a Requerente em demonstrar fato constitutivo do seu direito. Vejamos.

As fls. 29 foi acostado aos autos o croqui do acidente conforme boletim de ocorrência de acidente de trânsito. Verifica-se do referido documento que a Requerente transitava na Rua 13 de maio e ao iniciar a travessia, pela faixa de

pedestres, foi atingida após percorrer pouco mais de 4 metros da faixa de pedestres (que tem 10 metros). Tal fato demonstra que a Requerente efetuou a travessia de acordo com as determinações do Código de Trânsito Brasileiro e foi atingida quando percorria a faixa de pedestres.

Não é plausível aceitar a tese da defesa de que a Requerente iniciou o percurso de travessia após o carro conduzido pela segunda Requerida ter efetuado a conversão a esquerda, isso porque, o croqui demonstra que a Requerente foi atingida mais de 4 metros depois de iniciar a travessia na faixa, ou seja, quase na metade do caminho entre uma calçada e outra.

Ao contrário da Requerente, que respeitou as leis de trânsito ao atravessar a via, a segunda Requerida não observou os deveres de cautela e precaução ao fazer a conversão.

Os artigos 38 e 44 do CTB, colacionados acima, preveem que o condutor do veículo, ao fazer conversão à esquerda ou à direita ou a aproximar-se de cruzamentos, deve ceder passagem aos pedestres, ou seja, em ambas as circunstâncias o pedestre tem preferência e deve ser respeitado, ainda mais quando circula sob a faixa de pedestres, como no caso dos autos.

Assim, percebe-se que a responsabilidade do acidente é da parte Requerida, pois agiu de forma imprudente, não se atentando ao dever legal de só iniciar a conversão após verificar a inexistência de pedestres transitando na faixa. Se assim não o fez, agindo em desacordo com as disposições legais atinentes ao caso, é responsável pelo acidente.

Ademais, em que pese aleguem os Requeridos a culpa exclusiva ou concorrente da vítima/Requerente, nada trouxeram aos autos para comprovar suas alegações e, tais relatos são contrários aos que indicam o croqui de fls. 29.

Portanto, ausente provas da culpa da autora Shirley Aparecida da Silva, ora apelada pelo sinistro, mostra-se escorreita a sentença neste tópico, não merecendo qualquer censura.

(...)

Desta forma, os apelantes não se desincumbiram-se do ônus imposto pelo artigo 373, inciso II, do CPC, com o objetivo de comprovar a culpa da autora/apelada pelo evento danoso.

Logo, com respaldo nos elementos de prova carreados aos autos (Boletim de Ocorrência), afigura-se inegável a culpa dos apelantes para a concretização do acidente em exame.

Portanto, ao meu juízo, a manutenção neste ponto do julgamento combatido, é medida que se impõe, ante a ausência de razões que importem na sua alteração.

Nesse contexto, verifica-se que rever o entendimento do acórdão recorrido ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

Também não deve ser acolhida a pretensão dos agravantes de redução do valor arbitrado a título de danos morais.

De acordo com a jurisprudência do STJ, em regra, não cabe, em recurso especial, a revisão do montante dessa espécie de indenização. Apenas em casos excepcionais, quando identificada a estipulação de valores exagerados ou irrisórios, incompatíveis com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, é possível tal revisão.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL. PEDIDO DE REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO QUE SE ADMITE TÃO SOMENTE NOS CASOS EM QUE O VALOR SE APRESENTAR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O entendimento deste Sodalício é pacífico no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela. Isso, porque o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nem é exorbitante nem desproporcional às peculiaridades do caso concreto, em que o dano moral decorreu da inscrição indevida do nome da parte ora agravada em cadastro de inadimplentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp n. 681.942/SC, Relator o Ministro Raul Araújo, DJe de 15/9/2015).

No caso, em que a indenização foi fixada em R\$ 20.000 (vinte mil reais),

entendo bem observados os padrões de razoabilidade e proporcionalidade, não se configurando situação cuja excepcionalidade justifique a intervenção do STJ.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

A majoração da verba honorária em razão do disposto no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil mostra-se incabível, uma vez que já houve a sua fixação no limite máximo pelas instâncias de origem.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

